

HELGESSION, STEFAN. *DECOLONISATIONS OF LITERATURE. CRITICAL PRACTICE IN AFRICA AND BRAZIL AFTER 1945*. LIVERPOOL: LIVERPOOL UNIVERSITY PRESS, 2022.

**MUNDIALIZAÇÃO DA TEORIA LITERÁRIA:
UM EIXO EM DESLOCAMENTO**

**WORLDLING OF LITERARY THEORY:
A MOVING AXIS**

Leandro Pasini¹

Resumo: Resenha do livro *Decolonisations of Literature. Critical Practice in Africa and Brazil after 1945*, de Stefan Helgesson (Liverpool: Liverpool University Press, 2022).

Palavras-chave: Decolonização, Teoria Literária, Sul Global.

Abstract: Review of the book *Decolonisations of Literature. Critical Practice in Africa and Brazil after 1945*, by Stefan Helgesson (Liverpool: Liverpool University Press, 2022).

Keywords: Decolonization, Literary Theory, Global South.

O livro *Decolonisations of Literature. Critical Practice in Africa and Brazil after 1945* [*Decolonizações da literatura. A prática crítica na África e no Brasil depois de 1945*], de Stefan Helgesson, traz uma contribuição inestimável para quem estuda as relações entre literatura mundial e geopolítica literária. Para o/a leitor/a brasileiro/a, sua importância

¹ Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp): <leandro.pasini@unifesp.br>.

é particularmente decisiva, tendo em vista o modo como desloca o eixo comparativo que vem pautando a autoimagem da cultura e da literatura brasileiras desde o momento de sua fundação nos anos 1830. Além da introdução e da conclusão de caráter teórico, o livro traz quatro capítulos sobre o processo de decolonização do conceito de literatura em quatro países: África do Sul, Brasil, Senegal e Quênia.

O esforço comparativo busca, sobretudo, basear-se nas especificidades dos respectivos contextos, acompanhando, de modo a um tempo distanciado e atento, as construções teóricas de alguns dos protagonistas da vida intelectual desses diferentes cenários. Assim, as conexões são feitas por analogias e passam pelas mediações locais de cada processo histórico-literário, chegando mesmo à consciência de que a própria ideia de nação é tributária de circuitos intelectuais mais restritos:

Os estudos e a crítica com as quais me envolvo aqui possuem um evidente senso de localização, frequentemente tão específico que faria mais sentido relacioná-lo aos contextos urbanos de Joanesburgo, São Paulo, Dakar ou Nairóbi do que ao seu contexto nacional correspondente (p. 6).²

Acostumado/a a medir-se pelos padrões europeus, sobretudo pela norma burguesa oitocentista, algo apontado com acerto no capítulo de Helgesson sobre a “Escola São Paulo”, o/a intelectual brasileiro/a poderá reconhecer com proveito o quanto o conhecimento do mundo não europeu (ou não Ocidental) deve levá-lo/a à reconsideração de lugares-comuns muito arraigados. De passagem, note-se que o enquadramento eurocêntrico era ainda a base das intervenções “radicais” de Silvano Santiago (2002) (“O entre-lugar do discurso latino-americano”) e de Haroldo de Campos (1992) (“Da razão antropofágica”), ambos antagonistas à “Escola São Paulo” e aderentes à ideia de que o Brasil (e, por extensão, a América Latina) teria a sua força derivada do fato de ser o “Outro” subversivo do padrão europeu. Seja para Antonio Candido, Roberto Schwarz, Augusto de Campos, Haroldo de Campos ou Silvano Santiago, para nomear apenas algumas das referências da teoria literária brasileira no pós-1945, fora do Brasil (e da América Latina concebida quase como um apêndice do Brasil), não há mundo que não seja a Europa (e os

2 “The scholarship and criticism I engage with here has a clear sense of location, often so specific that it can make more sense to relate it to the urban settings of Johannesburg, São Paulo, Dakar or Nairobi, than to its corresponding national setting.” As traduções de citações são nossas.

Estados Unidos como sua extensão de menor prestígio). A ideia de que o Brasil seja uma “exceção” a uma norma internacional — ainda que com diferentes implicações, já que a exceção pode ser constrangedora, crítica, devoradora etc. — depende desse mapa-múndi reduzido.

Imagino o misto de desconcerto e contrariedade da pessoa que, formada em alguma dessas linhagens críticas, leia Hegelsson argumentar, a propósito da transformação do currículo universitário da Universidade de Nairóbi no fim dos anos 1960, que “é em um contexto africano que encontramos um panorama literário cosmopolita mais verossímil do que, basicamente, em qualquer outro lugar na mesma época – bem mais amplo do que o cosmopolitismo dos críticos de São Paulo, por exemplo” (p. 153).³

As perspectivas de decolonização, mundialização da literatura e diálogo Sul-Sul, então, justapõem e aprofundam experiências históricas com pontos de convergência e divergência que, pelo próprio procedimento de “montagem” historiográfica, iluminam-se mutuamente. Trata-se de um exercício de literatura comparada que não se baseia em obras, grupos ou movimentos, mas em “teorias literárias” nacionais, por assim dizer. Os textos literários, desse modo, não são concebidos como algo imediato, mas sim mediados por construções teóricas que os legitimam e pré-configuram o seu sentido em um espaço público ou institucional. Além disso, a literatura de quatro países do Sul Global (antes conhecidos como “periféricos”) é pensada a partir de seu poder de reflexão, este mesmo dotado de originalidade crítica e teórica. O livro possui, nesse sentido, um andamento histórico e teórico ao mesmo tempo, em que cada etapa das quatro décadas que aborda – entre 1945 e o fim da década de 1980 – reflete um componente cumulativo ou contraditório em um campo de tensões articulado por Hegelsson.

A “Introdução”, cujo subtítulo é “A mundialização da ‘literatura’ em uma era de decolonização”, entra em seu objeto de estudo pela África Oriental, precisamente pela questão do ensino da literatura inglesa e das literaturas africanas em Nairóbi, que serão retomadas no Capítulo 4, e pelas questões levantadas pelo poeta e intelectual ugandense Okot p’Bitek sobre o ensino universitário das literaturas orais e a necessidade de traduções. Autor do clássico poema *Canção de Lawino*, de 1966, e de

3 “[...] it is in an African context that we find a more credibly cosmopolitan literary outlook than just about anywhere else at this time – far more capacious than the cosmopolitanism of the São Paulo critics, for example”.

um estudo sobre a literatura oral acholi e lango (P'BITEK, 1963), idioma em que primeiro compôs seu poema, o qual depois traduziu para o inglês, ele se pergunta até que ponto o conceito de literatura herdada do processo colonial é capaz de lidar com a complexidade do contexto África Oriental. Como pensar na literatura oral em suas diversas modalidades e nos problemas de tradução, caso se busque um currículo institucional de ensino de literatura que corresponda à diversidade de manifestações linguísticas – africanas e europeias – de que resultaram as literaturas e as conformações culturais de países como Uganda e Quênia, para falar apenas do contexto mais imediato de p'Bitek?

Cumprir notar que, diante dessa “crise conceitual” [a *conceptual crisis*] (p. 2), Hegelsson esclarece que o intelectual ugandense não nega a tradição de crítica e pedagogia literária oriunda da colonização; antes, visa *negociar* um conceito de literatura adequado tanto à ambição cosmopolita de quem escreve no horizonte de uma literatura mundial quanto ao local específico em que as obras são lidas, produzidas, criticadas, traduzidas, consagradas ou rejeitadas. Estendendo esse processo de negociação a quatro regiões do globo entre 1945 e 1990, Helgesson elege o conflito exposto por p'Bitek como uma espécie de modelo (*template*, p. 3) do tipo de tensão que se reproduz na teoria literária em seu momento de decolonização.

Essas teorias literárias, que respondem aos processos socioculturais da África do Sul, do Brasil, do Senegal e do Quênia, são articuladas em três eixos fundamentais de reflexão: a ideia de literatura mundial, o Sul Global e a decolonização (p. 3). De passagem, duas questões são suscitadas por esses eixos. Em primeiro lugar, o foco em *teorias literárias*, e não nas literaturas do Sul (p. 4) revela um problema real, qual seja: embora a noção de literatura mundial incorpore cada vez mais regiões do globo terrestre, a base teórica com que se pensa essa expansão costuma repor a hierarquia política preexistente. Assim, os objetos artísticos do mundo todo são refratados por umas poucas perspectivas teóricas que se irradiam a partir de um número bastante restrito de instituições de ensino e pesquisa, isto é, a literatura incorpora o mundo, mas a teoria se restringe a um circuito euroamericano. De modo salutar e consistente, o livro de Helgesson busca intervir nesse ponto e “mundializar” a teoria literária.

De outro ponto de vista, desde as primeiras páginas é perceptível o grande “ausente” do livro, a ideia de modernidade e sua expressão cultural e estética, o modernismo. Ainda que polemize com as pretensões

fundacionais do “decolonial”, o livro, conscientemente ou não, alinha-se a essa perspectiva teórica ao afastar a ideia de modernidade e dar preferência a novas “epistemologias” - isso em contraste com a autoconsciência de boa parte de seus objetos de estudo que, de um modo ou de outro, sentiam-se como promotores de uma teoria literária e/ou literatura moderna. Voltarei a esse ponto.

Retomando, então, o primeiro eixo de reflexão, a mundialização da literatura se faz pelo ângulo da “história conceitual” (p. 4) da literatura enquanto problema e julga adequado pensá-la mais “como um modo de universalidade em construção do que reiterar a dicotomia Ocidente-Resto” (p. 5).⁴ O ponto de chegada, assim, é um ideal de universalidade concreta, isto é, a disseminação e diferenciação de uma mesma prática - no caso, a literatura - pelo mapa-múndi, em que suas “múltiplas mediações” garantam ao conceito dar conta das interconexões e das heterogeneidades de um sistema uno e desigual (p. 5).⁵ Helgesson demonstra, dessa forma, a instabilidade do conceito de literatura. Quanto mais as experiências histórico-literárias são especificadas no mapa-múndi - especialmente em um *continuum* de heterogeneidades - mais os consensos e os conceitos com que se costuma trabalhar na teoria literária (sobretudo a hegemônica) se tornam instáveis e insuficientes. Como método, Helgesson traça histórias institucionais e leituras cerradas de textos de crítica literária. Em uma cortante resposta à *República mundial das letras*, de Pascale Casanova (2002), o escopo, então, não é o de conferir a importância de determinado/a autor/a pela sua adequação a um padrão internacional, e sim, orientar-se por mediações locais de reconhecimento e construção de um aparato crítico e teórico correspondente.⁶

Esse próprio aparato, por sua vez, vai ser constituído por contradições internas, já que tende a privilegiar um número restrito de obras em relação às diversas linhagens de expressão cultural e artística presentes em determinado período histórico-literário. Helgesson diferencia, por isso, uma concepção *forte* de literatura: a que privilegia a conexão entre um pequeno número de obras e as preocupações da coletividade social (p. 19); e uma concepção *fraca* de literatura: a que não apenas se abre

4 “[...] it is, I argue, more productive and historically accurate to think of literature as a mode of universality under construction than to reiterate the West-Rest dichotomy”.

5 “[...] the quality of universality emerges *only* when concepts are used and appropriated ‘outside their point of origin’”.

6 “[...] a corpus and tradition of texts, to speak plainly” (p. 10).

a obras e autores/as negligenciados/as, mas também põe em xeque a concepção forte para acolher outras modalidades de análise histórica e cultural (p. 20). Um exemplo dessa distinção estaria na “Escola de São Paulo”, “a mais consistente e plenamente elaborada concepção forte de literatura” presente no livro e que, por isso mesmo, teria perpetuado a exclusão de escritores/as afro-brasileiros/as (p. 8).⁷ Em outras palavras, as formações de teorias literárias localizadas às margens dos centros hegemônicos não as isentam de clivagens internas e de um sistema de consagração/exclusão – em suma, de sua complexidade própria.

Esse percurso de “mundialização” é um eixo que se sobrepõe a dois outros, o da decolonização e o do Sul Global. Helgesson intervém em duas frentes para matizar o que entende por “decolonial”, distanciando-se sobretudo da vertente defendida por Walter D. Mignolo, como explicará melhor na Conclusão (pp. 167-170). A primeira frente diz respeito à sua pretensão de novidade conceitual: “decolonização epistêmica é uma história antiga que tende a repetir-se com variações” (p. 7),⁸ isto é, faz parte do processo de emancipação de povos colonizados e, portanto, não é uma perspectiva tão recente quanto a atual disseminação do termo faz crer. A segunda se refere às ilusões pré-coloniais, intocadas pela ideia de modernidade, a que a episteme decolonial se vincularia e pela qual mudaria o mundo: “decolonização’ não pode ser pensada nem em termos de uma pura excisão do ‘colonial’ que de alguma forma produziria um modo de sabedoria imaculadamente pré-colonial, nem pode ser pensada como um só projeto unificado” (p. 7).⁹ Nesse sentido, as potencialidades epistemológicas a se confrontarem com o processo colonial seguem diversas linhas e orientações, demandando um olhar historiográfico mais aberto e menos programático.

Por fim, o percurso de decolonização apresentado na introdução se baseia em um corte geográfico denominado “Sul Global”. Embora conceda

7 “The single most consistent and thoroughly elaborated strong conception of literature I engage with in this book is, however, represented by the São Paulo critics in Chapter 2.” (p. 20)

8 “[...] epistemic decolonisation is an old story that tends to repeat itself with variations”.

9 “[...] ‘decolonisation’ can neither be thought of in terms of a neat excision of the ‘colonial’ that would somehow produce a pristine non-colonial mode of knowledge, nor can decolonisation be thought of as a single, unitary project”. Ver também esta passagem sobre: “the importance of considering ‘decolonisation’ as a moving target and not to confuse too easily one’s own ideological desire with that of one’s historical interlocutors” (p. 26).

que se trata de uma definição problemática (p. 23), o livro adere a ela por absorver um número maior de contradições do que “Terceiro Mundo”, e, assim, perscrutar o quanto a parte do globo escolhida é atravessada por “relações imperiais e pós-imperiais”.¹⁰ Esse é um ponto particularmente complicado na fundamentação do livro, pois entra em contradição com a universalidade concreta defendida páginas antes. Ainda que a sua proposição tenha como alvo a complexidade e as interconexões de faixas do mundo não hegemônicas, será esse seccionamento Norte Global/Sul Global assim tão diferente do que a dicotomia Ocidente/Resto que se busca superar.

Seja como for, polemizar contra o termo “Sul Global” hoje parece tão quixotesco quanto, na década de 1960, foi vão polemizar a expressão “Terceiro Mundo”. Melhor será entendê-la como um tipo de geografia da esperança ou de geopolítica insurgente, que já foi o Bloco Oriental, o qual migrou para o Terceiro Mundo e agora se reconfigura como Sul Global. Em seu melhor momento, o Sul Global se compromete com novas formas de cosmopolitismo, “provincializing Europe”, na expressão de Dipesh Chakrabarty (2007), e amplia a margem de manobra teórica e os arquivos que servem de matéria-prima para a sua constituição e formulação. Em seu pior momento, é a projeção geográfica de um *wishful thinking* político- teórico que caminha em desajuste com os objetos que aborda.

Após a introdução teórica, adentramos aos contextos específicos no primeiro capítulo, “Literatura, localidade, valor na África do Sul do apartheid”. Passando por críticos como Isabel Hofmeyr, Mike Kirkwood, Tim Couzens e Es’kia Mphahlele, trata-se de um capítulo com muitas idas e vindas e a impressão de um terreno móvel, sem pontos fixos onde deter a reflexão, sobretudo na primeira leitura. O desafio principal, que Helgesson acompanha, encontra-se na possibilidade epistemológica de estabelecer o conceito de uma literatura sul-africana de língua inglesa. Ao contrário de percursos literários que bem ou mal criaram uma identidade própria na África do Sul, como a literatura em língua africâner, no caso do colonizador; ou a continuidade da poesia zulu, das tradições preexistentes à invasão colonial, a literatura de língua inglesa possui por boa parte do século XX uma relação instável com o país.

¹⁰ “In comparison to the ‘Third World’ and entrenched postcolonial modes of analysis, which tend to favour a binary of coloniser and colonised, the global South also opens the door to lateral, ‘cross-empire or cross-post-imperial relations.’”

Por isso, o capítulo traça um caminho retrospectivo, dos anos 1990 aos 1950, em um processo que, “menos que linear ou teleológico” seria “cumulativo ou, de fato, *dobrado*, como uma toalha ou lençol” (p. 29).¹¹ Essas dobras desenhavam, então, a construção de “*passados literários alternativos*” ao mesmo tempo que a perspectiva teórica é lida em termos de “*sincronização*” com as demais temporalidades extraliterárias (p. 31). Trata-se de uma construção ocorrida em contexto singular, pois, como bem nota Helgesson, a África do Sul se emancipou relativamente cedo do imperialismo europeu – em comparação com os demais países do continente – e passou a exercer um colonialismo no interior de suas próprias fronteiras (p. 43). Sem o nacionalismo autoritário dos africaners nem a tradição local de zulus, xhosas, tswanas, ndebeles e swazis, entre outros, a crítica da literatura sul-africana de língua inglesa teve de sair a campo para criar “uma nova *teoria* da literatura fundada nas condições sul-africanas” (p. 40),¹² como demandada por Hofmeyr. Sem o espaço necessário para detalhar os vincos gerados por essas dobras na história dessa construção epistemológica, gostaria apenas de enunciar algumas de suas especificidades: a virada “africanista” da década de 1970, a convergência de pós-estruturalismo e pequeno cânone local na obra de Hofmeyr, a intersecção entre marxismo e perspectiva pós-colonial em Kirkwood, a contraposição entre a literatura sul-africana *forte* defendida por Mphahlele e a literatura sul-africana *fraca* advogada por Couzens. Como transição para o capítulo seguinte, é possível especular se o gesto de Couzens - um intelectual branco de formação europeia, cuja virada africanista o leva a buscar e acumular fontes primárias da história literária negra e, assim, pôr em xeque o que se concebe como literatura em seu país - não é o modelo pelo qual Antonio Candido será criticado.

O segundo capítulo, “Um contraponto latino-americano: Antonio Candido e a Escola São Paulo de Crítica”, é o que diz respeito mais diretamente ao/à leitor/a brasileiro/a e o que traz uma história já relativamente conhecida. O arco vai da década de 1950, em que se concentram os esforços teóricos que culminam na *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido, até “O direito à literatura” (1988),

¹¹ “Rather than linear or teleological, then, one should think of this process as cumulative, or indeed *folded*, as a towel or a linen sheet, allowing for earlier positions or approaches suddenly to become proximate to later concerns.”

¹² “Her [Hofmeyr’s] call for a new *theory* of literature grounded in South African conditions.”

do mesmo autor, passando pelo esforço institucional da Universidade de São Paulo (USP) e a sua dialética entre localismo e cosmopolitismo. Ao trazer esse capítulo brasileiro da decolonização do conceito de literatura, Helgesson reitera o programa de inverter a dialética “Norte-Sul” e trabalhar com um comparativismo “Sul-Sul”. Essa mudança de eixo comparativo, já enunciada no começo desta resenha, é fundamental. A partir dela, por exemplo, fica explícito que o anseio cosmopolita desse grupo era equacionado ao que se pensava ser a cultura do núcleo orgânico do capitalismo, isto é, a de um ou dois países da Europa ocidental.¹³ Com efeito, por se medir tão agonicamente com seu próprio ideal de superação do atraso, a dialética entre a singularidade local e o modelo europeu gerou “alguns dos esforços mais constantes para legitimar um conceito forte de literatura do ponto de vista do Sul Global” (pp. 69-70).¹⁴ Nesse enquadramento, a falha fundamental desse ideal formativo teria sido a marginalização da literatura afro-brasileira. O ponto é sensível e merece algum comentário. Como africanista, Helgesson nota o apagamento da literatura afro-brasileira na obra de Candido e de seu entorno entre 1950 e 1980. Com igual razão, uma crítica feminista denunciaria a ausência de autoras mulheres; outra perspectiva apontaria a rasura dos estudos sobre a sexualidade LGBTQIA+; outra, o epistemicídio quanto aos povos da floresta; e a lista poderia alongar-se.

De fato, a incorporação de pontos de vista subalternos no interior da literatura brasileira não é o ponto forte da obra de Candido. Então, o que estaria motivando a sua leitura ainda hoje e a sua presença em um livro como *Decolonizações da literatura*? Se o autor de *Formação da literatura brasileira* trabalha eminentemente no interior da cultura produzida pela classe dominante brasileira, sua atitude em relação a ela não é apologética, mas de apreciação crítica, em grande parte alimentada pela lição dos modernistas dos anos 1920. Assim, menos do que adesão, o horizonte último seria a reorientação desse legado, mediado pela reflexão crítica, para um espaço público construído democraticamente.¹⁵ No plano ideal,

13 “[...] a mode of intellectual Western-centrism that passed for cosmopolitanism” (p. 67).

14 “[...] some of the most sustained efforts to legitimise a strong concept of literature from a global South standpoint”.

15 De passagem, Helgesson recupera uma citação cujo argumento seria o seguinte: embora Candido não incluía a literatura afro-brasileira em seu sistema literário, a própria noção de sistema literário contribuiria para o entendimento dessa literatura: “As Medeiros da Silva argues, it is Candido’s own theoretical conception of the literary system that can enable an analysis of the position of black writers in Brazil” (p. 101).

estariamos diante de uma “deselitização” da cultura. No capítulo que estamos acompanhando, essas questões receberiam sua formulação mais esclarecedora em “Direito à Literatura”. Aí, em sua abertura para a “fabulação” como algo disseminado nos mais diversos modos de expressão artística e cultural, Candido se alinharia a uma concepção fraca de literatura não como antagônica de uma concepção forte, e sim, como uma estratégia para inserir a tradição literária consolidada no processo de redemocratização de fins dos anos 1980 (p. 99).

Retornando ao contexto africano, o terceiro capítulo, “Crítica performática de Léopold Senghor”, parte do atual descrédito internacional da *Négritude* para reabilitar seu funcionamento na crítica literária de Senghor. De modo não monolítico, o que interessa ao capítulo é menos o apego desse movimento (sobretudo de Senghor) aos valores culturais franceses do que seu componente anticolonial: “uma tentativa permanente e temporalmente multidirecional de [Aimé] Césaire e Senghor de inscrever o sujeito negro na narrativa da modernidade – e conseqüentemente ‘desprovincianizar a África e as Antilhas’” (pp. 108--109).¹⁶ Nesse esforço de desfazer a noção essencialista que se veio a ter da *Négritude*, Helgesson tem como foco o Senghor crítico literário. A multiplicidade de interesses do poeta e intelectual senegalês, sua sensibilidade excepcional para o ritmo e a forma poética, sua capacidade de ler em muitas línguas e os caminhos labirínticos entre a memória cultural e adesão à modernidade conferem a seus escritos um campo de forças único do processo de decolonização do conceito de literatura. Essa originalidade é enfatizada pelo próprio Senghor quando demanda, além de uma nova crítica, “um novo método, um novo vocabulário, um novo estilo” (p. 113).¹⁷ Em conjunto, o que ocorre em seus textos críticos é uma desierarquização não programática de literaturas, línguas, continentes e culturas, criando um tipo de “empreendimento tradutório” [translational undertaking] (p. 118). Ao ler atentamente um amplo acervo de ensaios de crítica literária, Helgesson desarma a arquitetura prévia da imagem do senegalês. Assim, se modifica a imagem de um “africano” assimilado e francófilo, para quem a Europa e a modernidade ditavam o presente e a África e suas línguas se prendiam ao passado. Em seu lugar, surge um

16 “[...] a sustained and temporally multidirectional attempt by Césaire and Senghor to inscribe the black subject in the narrative of modernity – and hence to ‘deprovincialize Africa and the Antilles’”.

17 “[...] a new method, a new vocabulary, a new style”.

intelectual que entrelaça os fios de um percurso de leitura mais afim à horizontalidade do diálogo do que à hierarquia de culturas. O resultado é uma leitura concreta e anticolonial do que, à primeira vista, pareceria um ecumenismo anódino: a defesa de Senghor de uma “civilização do Universal” como um diálogo de particulares, em que cada particular possui em si toda a diversidade da condição humana (p. 131).

Se o Capítulo 3 precisou desentranhar, a contrapelo dos consensos a respeito da *Négritude*, o dialogismo desierarquizante de Senghor, no capítulo 4, “‘Nossa decolagem cultural para o mundo’: a formação cosmopolita-vernacular da literatura da África Oriental, é a retórica ostensiva do manifesto *Sobre a abolição do departamento de inglês*,¹⁸ de Ngugi wa Thiong’o, Taban lo Liyong e Henry Owur-Anyumba, que ocupa o seu centro de gravidade. Helgesson acompanha os antecedentes do manifesto, sua posição em um denso contexto literário leste-africano e seus desdobramentos na obra teórica e criativa de Ngugi. O arco do capítulo é impressionante: de uma sensação de atraso em relação à África Ocidental (à Nigéria sobretudo) no começo dos anos 1960, a África Oriental passa, em mais ou menos uma década, a representar: “uma das decolonizações mais bem-sucedidas e incisivas de que se tem notícia” (p. 162).¹⁹ Às vésperas de *Sobre a abolição do departamento de inglês*, Liyong enunciava essa sensação de atraso, em que um processo crítico e institucional se iniciava no eixo Uganda-Quênia-Tanzânia (especificamente nas universidades de Kampala, Nairóbi e Dar es Salam) ainda carecia de um *corpus* literário local para se debruçar. Em sentido contrário – mas mantendo o ideal de uma literatura institucionalizada –, p’Bitek defende que esse *corpus* já existe, encontra-se na tradição oral africana, porém não tem a acolhida crítica adequada. Quando surge o manifesto, então, ao mesmo tempo que se busca mundializar o currículo dos estudos literários em Nairóbi, a própria noção de literatura africana oriental ainda é instável. Essa configuração é fundamental para o livro:

Por meio de sua demonstração dramática da interação entre construir *uma literatura* e a *categoria de literatura* na encruzilhada entre localidade e

18 “*On the Abolition of English Department*”, 1968.

19 “[...] one of the most successful and trenchant decolonisations of literature on the record”.

orientações transnacionais, o caso de Nairóbi torna-se, assim, um componente essencial do meu argumento neste livro.²⁰

Constam dos objetivos dessa revolução curricular a abolição do Departamento de Inglês e a criação de um Departamento de Literatura e Línguas Africanas. Além disso, fazem parte de seu escopo o ensino de literaturas da tradição oral africana, literaturas europeias, literatura swahili, árabe e demais literaturas asiáticas. A radicalidade dessa proposta ficou conhecida como “A Revolução de Nairóbi”. Embora o próprio Hegelsson conceda que a possibilidade prática de realização desse currículo seja um ponto discutível, isso não invalida o argumento subjacente ao projeto: a mudança simbólica de um sistema de educação superior, baseado em valores coloniais, para um cosmopolitismo afrocentrado.

Esse projeto terá um desdobramento teórico e artístico na obra de Ngugi wa Thiong’o. Ao optar por sua língua materna, o gikuyu, Ngugi escreve a peça *Ngaahika Ndeenda* (1977) e o romance *Caitano Mutharabaini* (1980). Destaca-se, neste último, a conexão estética imprevista entre as técnicas consagradas do modernismo e as tradições narrativas em gikuyu (p. 159). O resultado não é o retorno a uma tradição pré-colonial, e sim, o seu contrário, a criação de uma nova forma: o romance gikuyu (p. 158). Ao estabelecer a modernidade do vernáculo, Ngugi sintetiza, segundo o argumento do capítulo, a contradição enunciada em seu início: os anseios técnico-formais de Taban lo Liyong e as demandas de retomada da tradição oral e de inclusão de um público nacional que pode ler e ouvir em língua local (p. 159).

A “Conclusão: notas para (e talvez contra) uma História Conceitual Decolonial da Literatura” intervém no debate sobre essa “palavra de ordem” [buzzword] (p. 166) atual das humanidades que é o “decolonial”. Dentre as diversas frentes que Helgesson abre,²¹ quero destacar apenas duas: a ideia de uma universalidade concreta e a rejeição da modernidade por parte do decolonial. Seu alvo é principalmente Walter D. Mignolo. Este traria uma concepção de decolonial que possui, “em seu extremo uma ênfase

20 “Through its dramatic demonstration of the interaction between constructing a *literature* and the *category of literature* at the crossroads of locality and transnational orientations, the Nairobi case thus becomes an essential component of my argument in this book.” (p. 142)

21 Uma particularmente instigante, mas que foge dos pontos que quero destacar, é que define o decolonial como “Foucault plus Fanon” (p. 168).

idealista na epistemologia” (p. 167).²² Ao contrário, o livro *Decolonizações da literatura* percorre conflitos localizados e concretos que atravessam continentes, culturas e coletividades (p. 170). Aí, o cosmopolitismo da ideia de literatura não é uma construção conceitual abstrata, e sim, a história da construção do conceito de literatura no interior de um processo de decolonização. A concretude dessa universalidade depende do cruzamento crítico de prismas teóricos refratados no processo histórico de um mundo unificado pela violência. É por essa perspectiva que se tecem os fios que aproximam

[...] a valorização da língua materna por Ngugi, a *Négritude* de Senghor, o chamamento de Hofmeyr por uma teoria da literatura fundamentada nas condições sociais da África do Sul ou a petição de princípio de Candido ao focar a “vontade dos brasileiros de ter uma literatura” (p. 171).²³

E todos “dialogam com a recuperação do que o colonialismo quebrou ou desfigurou ou diminuiu ou obscureceu” (p. 171).²⁴

Por fim, um breve comentário sobre a ideia de modernidade e sua expressão cultural, o modernismo, (não) presentes no livro, ajuda a entender seu alcance e suas contradições. Embora não se alinhe completamente à “rejeição indiscriminada da modernidade que caracteriza muito do discurso decolonial” (p. 169),²⁵ a opção pelo circuito decolonização--Sul Global acaba por tornar secundária ou mesmo circunstancial a inscrição dos contextos estudados na modernidade literária. Além disso, a contraposição entre uma concepção forte e uma fraca de literatura precisa deixar o modernismo um pouco de lado, já que a relação entre modernismo literário, autonomia das obras de arte e literatura “forte” ainda é algo muito enraizado nas leituras consagradas desse movimento. Contudo, o modernismo ronda boa parte dos autores estudados. Se no contexto sul--africano esse movimento aparece pouco, ele é fundamental na conexão entre Antonio Candido e modernismo paulista, na relação entre *Négritude* e surrealismo e, ainda, na afinidade entre a narrativa tradicional gikuyu e os procedimentos modernistas.

22 “[...] its extreme, indeed, *idealist* emphasis on epistemology”.

23 “Ngũgĩ’s valorisation of the mother tongue, Senghor’s *négritude*, Hofmeyr’s call for a theory of literature grounded in the social conditions of South Africa or Candido’s principled focus on the Brazilians’ ‘desire to have a literature’”.

24 “[...] all speak to the retrieval of what colonialism had broken or disfigured or diminished or obscured”.

25 “[...] the wholesale rejection of modernity that characterises much decolonial discourse”.

Lidos em conjunto, opera entre eles uma estética capaz de curtos-circuitos e sínteses inesperadas tanto em âmbito artístico quanto na esfera crítica e teórica. Certamente, uma ideia de modernidade atingiria a arquitetura subjacente ao livro, e é a isso que se deve a pouca atenção que recebe. Uma noção de modernidade global atenuaria o gesto insurgente de unificar teoricamente um Sul Global, já o modernismo literário estabeleceria circuitos Norte-Sul/Sul-Norte que transbordaria a circunscrição das “decolonizações da literatura”. Ainda assim, se pensarmos no interior da própria base teórica do livro e a levarmos ao extremo, talvez ela comece a mostrar fissuras internas. Seria possível pensar em “decolonização literária” no “Norte Global” nos termos de Helgesson, por exemplo, para a Finlândia ou a Romênia, o Canadá ou mesmo os Estados Unidos? Seria a *Harlem Renaissance* dos anos 1920 uma expressão do Sul Global encrustada no Norte Global? Mudando um pouco o foco, mas seguindo esse padrão, seria a literatura moderna de Israel uma manifestação do Norte Global à deriva no Sul Global? No caso japonês, que ao mesmo tempo tinha uma relação agônica com a literatura ocidental e colonizava culturalmente a Coreia e parte da China, como ficamos? São perguntas que a força teórica do livro suscita e que apontam para um de seus núcleos contraditórios. Lembremos, por fim, que a decolagem anunciada pela “Revolução de Nairóbi” não é para o Sul Global, e sim, para o mundo. Talvez seja essa a fronteira diante da qual o horizonte teórico de *Decolonizações da literatura* ainda hesita.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- CASANOVA, Pascale. *República mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.
- P'BITEK, Okot J. *Oral Literature and its Social Background Among the Acholi and Lango*. Oxford: Saint-Peter's College, 1963.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos. Ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Recebido: 22/10/2022

Aceito: 23/4/2023

Publicado: 19/7/2023